



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

LAIENY DA SILVA LIMA GUILHERME

**AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES E OFERTA DE
ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM TEA NO MUNICÍPIO DE CUITEGI - PB**

GUARABIRA
2024

LAIENY DA SILVA LIMA GUILHERME

AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES E OFERTA DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM TEA NO MUNICÍPIO DE CUITEGI - PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação/Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Especial e Inclusiva.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Pessoa da Silva.

**GUARABIRA
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G956a Guilherme, Laieny da Silva Lima.

Autismo e políticas públicas [manuscrito] : concepções e oferta de atendimento às pessoas com TEA no município de Cuitégi-PB / Laieny da Silva Lima Guilherme. - 2024.

46 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Profa. Dra. Verônica Pessoa da Silva, Departamento de Educação - CH. "

1. Autismo. 2. Educação Especial. 3. Políticas Públicas. 4. Ensino Fundamental. I. Título

21. ed. CDD 371.9

LAIENY DA SILVA LIMA GUILHERME

AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES E OFERTA DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM TEA NO MUNICÍPIO DE CUITEGI - PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Educação/Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Verônica Pessoa da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profa. Esp. Karollina Ingrid Soares do Espírito Santo
Universidade Federal da Paraíba (UFCG)

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora pela minha vida e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos, encontrados ao longo do caminho.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, pelo amor incondicional e apoio demonstrado durante o Curso e no período de tempo que me dediquei na construção deste trabalho.

Aos professores e professoras da UEPB pelos ensinamentos que me permitiram chegar até aqui com uma excelente formação.

À professora Verônica Pessoa da Silva, por ter sido minha orientadora e ter exercido esta função com zelo e dedicação.

À Instituição de ensino UEPB, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação e por tudo que aprendi no decorrer desse processo.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma para a realização deste trabalho.

“Onde quer que haja mulheres e homens,
há sempre o que fazer, há sempre o que
ensinar, há sempre o que aprender.”
(Paulo Freire)

RESUMO

A presente monografia integra os estudos da Linha de Pesquisa Educação Especial e Inclusiva trata da oferta de atendimento às pessoas com TEA – Transtorno do Espectro Autista - no município de Cuitegi – PB, bem como das políticas públicas voltadas para esse público específico. Nesse sentido, insere-se nas pesquisas em Educação Especial e Inclusiva. Tem como objetivo geral: Analisar às formas de atendimento de pessoas com autismo no município de Cuitegi – PB. De forma mais específica, buscou-se: a) Conceituar o autismo e sua evolução na contemporaneidade, b) Identificar o foco das pesquisas em autismo, no Brasil, na última década; c) Categorizar o número de pessoas com autismo em nível Brasil, na região nordeste, no estado da Paraíba e no município de Cuitegi – PB e, por fim, d) mapear as políticas públicas de acesso e atendimento de pessoas com autismo no município de Cuitegi – PB. Para a elaboração do arcabouço teórico para fundamentar o trabalho foram utilizados os escritos de Kanner (1943), Asperger (1991), Wolf (2004), Rovere (2023) dentre outros estudiosos que contribuíram para a compreensão da temática. Metodologicamente a pesquisa se fundamentou nos preceitos da abordagem qualitativa, primando por um estudo bibliográfico, acrescido da aplicação de um questionário semiestruturado. Diante disso, verificou-se que a oferta de atendimento nas salas de AEE tem buscando atender às necessidades das pessoas com autismo residentes no município. No entanto, dada às especificidades e singularidades desse atendimento, às escolas ainda carecem de materiais de apoio didático-pedagógico apropriados para essa demanda. Em nível nacional, também, registra-se a insuficiência de políticas públicas voltadas ao público com Autismo, especialmente no que diz respeito ao número de pessoas diagnósticas e correspondência a esse atendimento.

Palavras-Chave: Autismo; Educação Especial; Políticas Públicas; Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This study deals with the provision of care for people with ASD - Autism Spectrum Disorder - in the municipality of Cuitegi - PB, as well as public policies aimed at this specific public. In this sense, it is part of research into Special and Inclusive Education. Its general objective is to analyze the ways in which people with autism are cared for in the municipality of Cuitegi - PB. More specifically, we sought to: a) conceptualize autism and its evolution in contemporary times, b) identify the focus of autism research in Brazil over the last decade; c) categorize the number of people with autism in Brazil, in the northeast region, in the state of Paraíba and in the municipality of Cuitegi - PB and, finally, d) map public policies on access and care for people with autism in the municipality of Cuitegi - PB. The writings of Kanner (1943), Asperger (1991), Wolff (2004), Rovere (2023), among other scholars who have contributed to understanding the subject, were used to develop the theoretical framework for this work. Methodologically, the research was based on the precepts of the qualitative approach, emphasizing a bibliographical study, plus the application of a semi-structured questionnaire. As a result, it was found that the provision of services in ESA classrooms has sought to meet the needs of people with autism living in the municipality. However, given the specificities and singularities of this service, schools still lack appropriate didactic-pedagogical support materials for this demand. At a national level, there is also a lack of public policies aimed at people with autism, especially with regard to the number of people diagnosed and corresponding to this service.

Keywords: autism; special education; public policies; primary education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil Formativo dos/as Docentes Efetivos.....	30
Tabela 2: Perfil dos Profissionais Docentes Temporários.....	30
Tabela 3: Mapeamento do Perfil das Docentes Entrevistadas.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEB	Câmara de Educação Básica
CID	Classificação Internacional de Doenças
CMEis	Centros Municipais de Educação Infantil
DI	Deficiência Intelectual
DV	Deficiência Visual
CNE	Conselho Nacional de Educação
EAD	Educação a Distância
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PNAISC	Política Nacional de Ação Integral à Saúde da Criança
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UCB	Universidade Católica de Brasília
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O AUTISMO NA ATUALIDADE: CONCEITOS E PRINCIPAIS ABORDAGENS	14
2.1	Tendências das pesquisas e abordagens em TEA na atualidade.....	22
2.2	Autismo: breve histórico, classificação e formas de atendimento	23
3	A OFERTA DE ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM TEA NO MUNICÍPIO DE CUITEGI-PB	29
3.1.	O atendimento das crianças com TEA: a percepção das docentes	31
3.2	A gestão em Educação Especial em Cuitegi: uma análise em construção.....	33
5	CONCLUSÃO.....	36
	REFERÊNCIAS.....	37

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ANEXO A – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

1. INTRODUÇÃO:

O TEA é um transtorno global do desenvolvimento que, em geral, interfere nas habilidades de comunicação e interação social, normalmente estas manifestações começam a surgir nos primeiros 3 anos de vida sendo de maior prevalência no sexo masculino. Estas, podem ser agrupadas por atraso linguístico, comportamentos e interesses incomuns e, algumas vezes, deficiência intelectual.

A identificação dessas manifestações, de forma precoce, e o encaminhamento para intervenções clínicas e apoio educacional pode levar a melhores resultados a longo prazo favorecendo uma melhor qualidade de vida para o indivíduo. Nesse sentido, as pessoas com autismo podem apresentar níveis de suporte moderados a severos do transtorno, a depender de cada indivíduo, alguns possuem mais dificuldades do que outros, em se expressar, comunicar-se e interagir no meio social.

Nessa direção, este estudo tem como objetivo de conhecer as formas de atendimento educacional de pessoas com autismo no município de Cuitegi – PB. A partir disso, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: 1. Conceituar o autismo e sua evolução na contemporaneidade; 2. Mapear os estudos que têm se ocupado de estudar o Autismo no Brasil na última década, tomando como referências às obras catalogadas pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; 3. Identificar as políticas públicas de acesso e atendimento de pessoas com autismo no município de Cuitegi -PB.

O estudo baseou-se na oferta de atendimento das pessoas com autismo no município de Cuitegi, analisando de que forma as necessidades destas pessoas são atendidas pela rede municipal nos âmbitos da educação e saúde.

A escolha do tema se deu por compor o quadro de profissionais que atuam na área da Educação Especial e Inclusiva, há dois anos. Esse fato fortaleceu o interesse e a motivação em investigar como se dá o atendimento das pessoas com TEA no município, a fim de conhecer quais são as formas de assistência, as políticas públicas existentes e os meios para promover a inclusão dentro das instituições escolares e no meio social.

No que se refere à metodologia foi feito um estudo bibliográfico e documental e realizada uma pesquisa de campo envolvendo docentes que atuam

nas salas de AEE e a gestão em Educação Especial do município. inseridos nas ações das Secretarias de Educação e da Saúde no município de Cuitegi – PB.

Dessa forma, o estudo se estruturou em 6 partes. A primeira acerca do autismo na atualidade: conceitos e principais abordagens; a segunda, sobre as tendências das pesquisas e abordagens em TEA na atualidade; a terceira, sobre o Autismo: breve histórico, classificação e formas de atendimento; a quarta, relatando sobre a oferta de atendimento das pessoas com TEA no município de Cuitegi – PB; a quinta parte, sobre o atendimento das crianças com TEA: a percepção das docentes e por fim, a última parte acerca da gestão em Educação Especial em Cuitegi: uma análise em construção. Diante dos dados obtidos, foi possível concluir que a oferta de atendimento no município é considerada boa, no entanto ainda há ausência de políticas públicas voltadas para as pessoas com autismo.

2. O AUTISMO NA ATUALIDADE: CONCEITOS E PRINCIPAIS ABORDAGENS

O autismo, antes classificado como doença, foi definido como um transtorno no neurodesenvolvimento caracterizado por condição atípica, resultando em dificuldades de comunicação e interação social e no processo de aprendizagem (BRASIL, 2021). As classificações e a evolução das compreensões sobre o autismo têm obtido destaque no cenário contemporâneo, especialmente pelas exigências legais em torno de uma sociedade inclusiva. Nessa direção às DMC5 destacam como características do espectro a “Deficiência Social, as Dificuldades de linguagem e comunicação e os Comportamentos repetitivos e/ou restritivos”. (APA, 2014).

Essa educação busca redimensionar as relações na sociedade com garantia de direitos de igualdade, sem discriminação, independentemente de quais sejam as diferenças. Nesse sentido, cabe ressaltar que educação inclusiva tem papel preponderante nos processos educativos, requerendo dos docentes novas bases formativas para o enfrentamento exitosos das problemáticas que emergem no cotidiano escolar. É no saber-fazer cotidiano da escola que os sujeitos aprendentes têm oportunidades de exercitar a sua cidadania ativa e, de modo individual e coletivo, para uma agir e intervir no mundo, no sentido de transformá-lo e melhorá-lo.

Nas palavras de Bauman (2003) a liberdade individual só pode ser assegurada se for pensada coletivamente.

Tendemos a nos orgulhar do que talvez devesse nos envergonhar: de viver numa época ‘pós ideológica’ ou ‘pós utópica’, de não nos preocuparmos com uma visão coerente de boa sociedade e de ter trocado a preocupação com o bem público pela liberdade de buscar a satisfação pessoal. E, no entanto, se pararmos para pensar porque essa busca da felicidade na maioria das vezes não consegue alcançar os resultados que esperamos [...], não iremos longe sem trazer de volta o exílio de ideias como a da boa sociedade, igualdade e assim por diante - ideias que não fazem sentido se não cuidadas e cultivadas na companhia de outro. (BAUMAN, 2003, p. 16)

Dessa forma, é imprescindível dizer que a inclusão social deve ser uma prática exercida por toda a comunidade escolar, visto que:

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apego a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, instintivamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguirem em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem

discriminação nem espaços segregados de educação (MANTOAN, 2006, p. 23).

Assim, na tentativa de revisar os conceitos básicos, a partir dos quais, o autismo é caracterizado, realizamos uma revisão de literatura identificando os estudos que, na última década, têm se ocupado dessa realidade. Nesse sentido, os trabalhos coletados expressam os conceitos e as abordagens que o autismo tem assumido na contemporaneidade.

Na pesquisa realizada no repositório da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, selecionamos e analisamos 17 trabalhos, sendo 11 dissertações de Mestrado e 6 teses de Doutorado. O primeiro, defendido no ano de 2016, intitulado “**Autismo e análise do comportamento: produção científica no Brasil entre 2004 e 2014**”, foi defendido por Joyce Francisco Manrique, na PUC de São Paulo. Esse estudo teve como principal objetivo diferenciar a produção científica nacional sobre autismo, no modelo de dissertações e teses, defendidas no período de 2004 a 2014. A abordagem com maior produção foi a Análise do Comportamento. Em relação à produção nacional, constatou-se o crescimento dos estudos sobre o autismo, principalmente até o ano de 2012, tendo se distribuído basicamente nas áreas da Saúde, Educação e Clínica.

O segundo estudo, com o título “**A veiculação da produção científica sobre o autismo no Brasil: embates e tensões**”, teve a autoria de Kátia Cristina Luz e foi defendido na PUC de São Paulo. Esse estudo teve como objetivo a apreciação da produção acadêmica acerca do autismo, situado em balanço tendencial da produção científica no Brasil. Tem-se como base teórica às contribuições do materialismo cultural (WILLIAMS, 1980), especialmente no que se refere à análise de narrativas do conceito do campo científico (BOURDIEU, 1983). Os principais resultados obtidos pela autora comprovam que ocorre uma luta simbólica entre a Medicina e a Psicologia na etiologia e caracterização do autismo, uma vez que a classificação efetuada pela Medicina Geral (CID) resultou na adoção do termo “transtorno do espectro do autismo”, o que ampliou de forma considerável os critérios para a determinação do que venha ser autismo.

Mais um estudo encontrado, desta vez o intitulado “**Representações sociais de pais sobre o transtorno do espectro do autismo e inclusão escolar**”, que teve como autora Gabriela Machado Brasil defendido na UFGD no Mato Grosso do Sul. O estudo teve como principal objetivo analisar as representações sociais de

pais sobre o TEA e inclusão escolar, além de identificar a influência dessas representações sociais no processo de inclusão escolar das crianças matriculadas desde a pré-escola até o terceiro ano do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de Dourados-MS. Segundo a autora, as representações sociais dos pais sobre inclusão escolar apontaram para a importância da presença do professor no apoio e a qualidade na socialização dos filhos como indicadores de inclusão escolar. Essas representações foram apresentadas sob duas perspectivas: antes do conhecimento do diagnóstico dos filhos e após o conhecimento do diagnóstico. Antes do diagnóstico, os participantes estavam mais passivos diante de conteúdos sobre o TEA, posteriormente ao diagnóstico, as informações adquiridas permitiram o surgimento de um outro contexto, possibilitando a circulação de novos conhecimentos.

O terceiro estudo, intitulado **“Linguagem e autismo: a multimodalidade no contexto escolar”** tem a autoria de Cássio Kennedy de Sá Andrade e foi defendido na UFPB. Teve como principal objetivo avaliar o emprego dos recursos multimodais pela criança autista em cenas de atenção conjunta sucedidas no contexto escolar, analisando suas limitações quanto aos aspectos de comunicação, de aprendizagem e interação social. Metodologicamente, fez-se necessária a prática de um estudo de caso, no qual uma criança do sexo masculino de 5 anos de idade e com diagnóstico de autismo, foi observada por um período de quatro meses, tendo como foco as interações estabelecidas no contexto escolar na sala ou fora dela. Foi verificado pela análise da observação que, embora não possua a capacidade de se comunicar de forma verbal, a criança utilizou-se da multimodalidade para estabelecer comunicação com seus pares sociais.

Assim, de acordo com estudos feitos sobre aquisição da linguagem, com foco na multimodalidade (CAVALCANTE, 1994, 2012; ÁVILA NÓBREGA, 2010; MELO, 2015), as crianças, precocemente, começam a interagir utilizando gestos, o olhar, expressões faciais concomitantemente à produção vocal. Nessa perspectiva, gesto e linguagem não podem ser considerados separadamente, pois não acontecem em momentos distintos durante e depois da fase de aquisição da linguagem.

Outro estudo analisado, intitulado como **“Autismo: fatores relacionados à idade de diagnóstico”** de autoria da Vanessa Madaschi na UPM e teve como objetivo analisar quais os fatores relacionados a idade do diagnóstico do transtorno do espectro do autismo (TEA) e realizar um levantamento das garantias de direitos

conquistados por essa população no Brasil. Os resultados do estudo marcaram que a idade das primeiras preocupações foi entre 17 a 29,7 meses e a idade do diagnóstico variou entre 12 e 103 meses de idade. A autora cita algumas dificuldades que impedem o diagnóstico precoce como por exemplo: casos mais leves são tratados mais tarde e demora na preocupação dos pais com os primeiros sintomas. Atualmente, estudos apontam táticas de ações que devem ser desenvolvidas em conjunto para a garantia do direito de todos e favorecer o diagnóstico na idade correta a fim de alcançar a intervenção e tratamento.

O estudo seguinte encontrado foi o de título **“A trajetória do autismo na educação: da criação das associações à regulamentação da política de proteção (1983-2014)”** de autoria Juliane Gorete Zanco Castanha pela UNIOESTE. Possui como principal objetivo compreender o percurso do autismo na educação brasileira entre os anos de 1983 e 2015. Essa incursão, entre outras questões, possibilita o resgate histórico do processo de inclusão das pessoas com autismo. Registra as lutas travadas para a conquista dos direitos afirmados na atualidade, embora que ainda haja um longo caminho a ser trilhado. Uma das primeiras leis que explicitou tais direitos foi a Lei 4.024, de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Outra significativa conquista para as pessoas com deficiência foi a incorporação do direito dessas pessoas a Constituição Federal de 1988, sobretudo por evidenciar o direito de igualdade que deveria ser garantido pelo Estado. A autora também ressalta os desafios existentes no que se refere aos recursos necessários para atender as demandas de aprendizagem das pessoas com TEA.

O sétimo estudo encontrado foi da Dayanna Pereira dos Santos, de título **“A estruturação psíquica nos autismos: o enodamento entre real, simbólico e imaginário”** integrante do acervo da Universidade Federal de Goiás. Buscou indagar o processo de elaboração psíquica do que se denomina como passagem do *infans* ao falante, considerada uma operação de estruturação. Para isso a autora utilizou as seguintes indagações: o efeito da fala do outro sobre o corpo da criança pode resultar em uma fala à deriva? É possível a criança autista estar na linguagem, mesmo sem a função da fala? Diante disso, foi possível perceber que a criança com TEA está na linguagem mesmo que o significante esteja apagado em relação ao signo. Por fim, a autora considerou que o tratamento psicanalítico da criança autista versa sobre a extração do objeto como meio de acesso na relação entre ela e o

analista, privilegiando o momento da rede significativa.

O estudo seguinte de nome **“Fatores imunobiológicos e perfil de desenvolvimento no autismo infantil”** de autoria da Márcia Helena Fávero de Souza Tostes defendido na Universidade Federal de Juiz de Fora. O trabalho avaliou os níveis dos marcadores de acionamento imunológico, de fosfolípidos de membrana e de óxido nítrico em 24 crianças autistas, pareadas por idade e sexo com “crianças saudáveis” e, a partir disso, analisou a variação desses níveis em crianças autistas com diferentes perfis de desenvolvimento. Os resultados obtidos marcam que os níveis plasmáticos de óxido nítrico são maiores entre as crianças autistas em comparação ao grupo controle. A análise dos dados sugeriu uma agregação do estresse oxidativo com desregulação imune e alteração do metabolismo lipídico no autismo infantil.

O próximo estudo de título identificado foi o **“O processo de aprendizagem do aluno com transtorno do espectro do autismo (TEA)”** defendido por Ana Maria da Conceição Silva na PUC de Goiás. Esse estudo teve como objetivo explicitar como se desenvolve o processo de aprendizagem do aluno com TEA. O procedimento metodológico foi a entrevista semiestruturada, realizada de forma online, via *Google Meet* e *WhatsApp*. O campo da pesquisa foi constituído de seis escolas do município de Goiânia. O resultado da pesquisa evidenciou que determinados fatores afetam, enquanto outros cooperam para o processo de ensino e aprendizagem do autista, tanto em casa como na escola. Entre estes fatores, estão relacionados os déficits de comunicação e linguagem, comportamentos repetitivos e dificuldade de foco e atenção. Quanto aos fatores que colaboram para o aprendizado estes estão relacionados a necessidade de promover ambiência afetiva, de organizar o material didático com facilidade e com instruções objetivas.

Outro estudo encontrado foi da autora Monalisa de Oliveira Miranda Redmerksi de título **“Desenvolvimento e aprendizagem de alunos com autismo em sala de aula”** defendido pela UCB – Universidade Católica de Brasília e teve como objetivo analisar aspectos do processo educativo que contribuem para desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com TEA do Ensino Fundamental. Em sua metodologia foi seguida uma abordagem qualitativa de natureza exploratória na modalidade de estudo de casos. A autora defende em sua tese que os professores, em sala de aula, devem ter um olhar mais atento para as necessidades dos alunos com autismo e requerer a inclusão e o acolhimento nos espaços de

aprendizagem, atuando de forma mediada e solicitando intervenções. A instituição também deve solicitar um currículo com especificidades para esse público, no intuito de facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento. Os resultados obtidos evidenciaram que os recursos utilizados pelos professores, em sala de aula com alunos autistas, são compostos por observações, atividades coletivas e avaliações adaptadas, assim como, também, atividades lúdicas e pesquisas extraclasse.

O estudo seguinte encontrado foi de autoria do Bruno Diniz Castro de Oliveira defendido na UFRJ intitulado **“Análise das políticas públicas brasileiras para o autismo: entre a atenção psicossocial e a reabilitação”** tem como objetivo principal averiguar as divergências e convergências apresentadas pelas partes interessadas no processo de formulação das políticas públicas para o autismo no Brasil na atualidade. No percurso metodológico foi realizada uma análise documental acerca de dois modelos institucionais de forma crítica, lançadas pelo Ministério da Saúde sobre a assistência ao Autismo no SUS. Um dos modelos recebe o título de “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)” e insere o transtorno no campo das deficiências, propondo o tratamento sob a via da reabilitação. Outro modelo intitulado “Linha de Cuidado para Atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na rede psicossocial do Sistema Único de Saúde” considera o autismo como um transtorno do neurodesenvolvimento que pertence ao campo de cuidados da atenção psicossocial. Conforme os resultados obtidos pelo autor, foi possível observar que a diretriz se caracteriza por um documento técnico onde apresenta uma forma de abordagem mais direta e restrita das questões ligadas ao autismo. Dessa forma pode-se dizer que o material está situado de forma específica no manejo profissional sendo mais objetivo. A Linha de Cuidados se trata de um modelo menos específico pois ele versa sobre o autismo para além dos fatores relacionados ao tratamento de forma técnica, o que se pode ver ao longo deste, tratando-se de questões epistemológicas, metodológicas, éticas e filosóficas compondo um maior debate sobre o tema.

Nessa direção, outro estudo encontrado foi da autora Cirleine Costa Couto de título **“Percepção de professores sobre o autismo em alunos pré-escolares e a rede social institucional”** defendido na Universidade Estadual do Oeste do Paraná teve como objetivo conhecer a percepção dos professores da Educação Infantil sobre o TEA e a rede de apoio construída a partir dos casos em investigação. Foi

partido do pressuposto de que o conhecimento e a compreensão dos docentes sobre o autismo ainda fossem restritos e que a rede institucional vinculada aos Centros Municipais de Educação Infantil para o suporte às crianças em investigação sobre o diagnóstico do TEA não estivesse bem constituída. Em sua metodologia se deu a abordagem qualitativa e o campo de pesquisa foi composto por 10 CMEis da região norte da cidade, onde há maior agrupamento de unidades escolares. Os professores entrevistados tinham mais de 3 anos de profissão em sala de aula e com atuação em níveis acima do berçário. Nos resultados obtidos pela autora, foi considerado que, embora haja a necessidade de aprofundamento sobre o tema, os docentes conseguem identificar crianças com sinais suspeitos de TEA na sala de aula. Foram apontados alguns fatores como o comprometimento da socialização, o atraso da fala e o comportamento recorrente. Com relação a estrutura de suporte à escola ainda é precária, principalmente em relação à escassez de profissionais para atender à demanda de atendimentos. Dessa a autora enfatiza que é necessário reformulações para que seja possível atender a todos.

O estudo seguinte intitulado **“Educação Inclusiva: práticas pedagógicas colaborativas para estudantes com transtorno do espectro do autismo”** teve a autoria de Neide Maria Santos e foi defendido na Universidade Católica de Santos. Teve como objetivo principal avaliar os fatores que favorecem o trabalho desenvolvido pela equipe da instituição que é composta por gestores e docentes a fim de averiguar a importância do planejamento e a organização de ambientes e momentos de educação inclusiva no ambiente escolar para alunos com TEA. Em sua metodologia a autora contemplou a abordagem qualitativa com o delineamento de acordo com a Análise de Conteúdo. O procedimento adotado foi a aplicação de um questionário a ser respondido por 21 profissionais da educação. Buscou-se a visão dos gestores e docentes sobre a estrutura física da escola em relação a educação inclusiva e as observações dos professores sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com autismo. Diante dos resultados obtidos, foi possível destacar que o apoio da equipe gestora com relação à inclusão do estudante com autismo é fundamental, pois constituirá uma estrutura de organização e comodidade para o aluno. Quanto a parte física da escola, é de grande importância que seja adequada para atender as necessidades de cada indivíduo.

Sequencialmente, analisou-se o trabalho de autoria da Giulliany Gonçalves Feitosa intitulado **“Concepções e expectativas parentais sobre o filho com**

transtorno do Espectro Autista” defendido pela UFPB teve como objetivo trazer as compreensões e expectativas parentais sobre a criança com TEA. Os participantes foram 30 mães e pais de crianças com até 5 anos de idade, diagnosticados com TEA. A coleta de dados foi concretizada em duas instituições: em um Centro de Atenção Psicossocial Infantil e em um Centro Médico. Os resultados obtidos pela autora evidenciam que as concepções e expectativas dos parentes sobre o TEA são construções complexas que se relacionam com fatores socioeconômicos e psicossociais da família, com as características da criança e com o entendimento dos pais sobre como lidar com a situação. Algumas famílias não conseguiram definir o autismo em si, porém se utilizaram dos atributos que o filho apresentava. Além disso, alguns comportamentos foram apresentados por eles, como aversão, falta de expressividade, dependência entre outros. Diante do exposto, foi possível constatar que as concepções parentais sobre o TEA atuam de maneira diferente para várias famílias considerando os fatores já mencionados, que promovem vivências e experiências distintas entre as famílias e com isso, a forma de enxergar o mundo.

A pesquisa de autoria da Giulia Calefi Gallo intitulado **“Ações de professores de escolas regulares com crianças com transtorno do espectro autista”** defendido na Universidade Federal de São Carlos teve como objetivo principal identificar as ações desenvolvidas pelos professores de salas regulares na intervenção de crianças com TEA. A metodologia foi de caráter quantitativo com delineamento descritivo, caracterizado pela observação em salas de aula regulares que tivessem alunos com autismo. Os resultados obtidos pela autora foram de que nem todos os professores ofereceram atividades adequadas para os alunos com autismo a fim de promover a inclusão destes. Além disso, nas atividades não constava a adequação necessária para o aluno, como também a falta de organização da rotina é um fator que bloqueou o processo de ensino e aprendizagem. De forma geral, um pequeno número de docentes conseguiu se destacar em relação ao uso de ferramentas para a promoção da inclusão de alunos com TEA, com isso ainda há muitos fatores que devem ser analisados no contexto inclusivo para que se possa alcançar a aprendizagem e a socialização.

O último estudo encontrado teve como autor Alexandre de Carvalho Lima intitulado **“Tecnologia educativa sobre os impactos da pandemia por Covid - 19 no desenvolvimento psicomotor e aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista”** defendido na Universidade Federal do Ceará teve como objetivo

geral elaborar uma tecnologia educativa sobre os impactos da pandemia da Covid-19 no desenvolvimento psicomotor e aprendizagem das crianças com TEA para docentes e profissionais da Educação Infantil. Em sua metodologia envolveu a constituição de um curso EaD sobre os impactos da pandemia. O curso sugerido pelo autor contou com métodos de Design Instrucional abarcando planejamento, desenvolvimento e o bom emprego de estratégias a fim de facilitar a aprendizagem. Segundo o autor, no EaD o estudante consegue interagir melhor com a tecnologia e a comunicação com maior nível de atenção e estímulo. Esperou-se do mesmo que o curso fosse um instrumento para aprimorar a educação continuada dos docentes e profissionais da educação infantil, tendo a percepção de um olhar mais ampliado acerca do TEA.

Nesse sentido, as pesquisas dos estudos realizados foram de grande importância para descobertas acerca do TEA, considerando aspectos físicos, psicológicos e comportamentais.

2.1 Tendências das pesquisas e abordagens em TEA na atualidade

Dentre os estudos realizados sobre o autismo é possível compreender que as pessoas com o Espectro Autista possuem características e comportamentos distintos das demais como por exemplo: dificuldade de comunicação e interação social, repetição de gestos, fixação em objetos e elementos, entre outros, por isso necessitam da inclusão, do respeito e da solidariedade por parte da sociedade. Todavia, é importante destacar que estas características não são fixas e podem variar de pessoa para pessoa diagnosticada com o espectro.

As abordagens do TEA, na atualidade, contribuem para um conhecimento mais amplo do que venha a ser o autismo e como as pessoas devem enxergá-lo. No cenário atual, as instituições escolares precisam fornecer meios para a inclusão de crianças que possuem o transtorno de forma que sejam acolhidas e incluídas na sala de aula regular e na sala de AEE. Por outro lado, muitas vezes, os docentes necessitam de um conhecimento mais aprofundado sobre as características do transtorno para que os mesmos possam buscar recursos necessários para atender às necessidades dos seus alunos em suas peculiaridades.

O avanço dos estudos também contribui para a inovação e realização de terapias que proporcionem bem-estar e qualidade de vida para as pessoas com

TEA. Nesse sentido, os processos educativos devem auxiliar no desenvolvimento, no comportamento, na concentração e na interação desses indivíduos com o meio em que vivem. Esses acompanhamentos de atenção e cuidado nos conduzem a refletir sobre a importância da igualdade dos direitos e da assistência que as pessoas com autismo possuem atualmente, o que favorece a vivência em sociedade.

No que se refere às tendências sobre os estudos em TEA, na análise do material coletado na BDTD, no computo de 17 trabalhos, lidos e analisados, constatou-se que: 07 pesquisas tratam de temas relacionados a aprendizagem dos alunos com TEA, a inclusão escolar e seu desenvolvimento dentro das instituições educacionais, como também a percepção dos professores e as práticas pedagógicas colaborativas voltadas para o estudante com TEA.

Os demais estudos, ou seja, os 10 restantes, apresentaram abordagens diversificadas, que envolvem desde a análise do comportamento da criança, às expectativas das famílias das crianças com TEA sobre o seu processo aprendizagem, bem como sobre os fatores relacionados a idade de diagnóstico e das primeiras manifestações do transtorno, entre outros.

Vale destacar que apenas 01 estudo analisou a produção científica sobre o Autismo no Brasil e, igualmente, 01 estudo se ocupou da análise das políticas públicas brasileiras voltadas para o autismo, evidenciando direitos existentes e assegurados no âmbito da legislação vigente.

2.2 Autismo: breve histórico, classificação e formas de atendimento

O Autismo é caracterizado com um transtorno no desenvolvimento que compromete fatores comportamentais, habilidades sociais, comunicação, interação social, entre outros (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020). O TEA infantil foi definido por Leo Kanner, em 1943, sendo inicialmente denominado Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, como uma condição com características bastantes específicas. (TAMANHA; PERISSINOTO; CHIARI, 2008.)

Em seus estudos Kanner evidenciou que o TEA tinha como características principais: (a) inabilidade em desenvolver relacionamentos com pessoas; (b) atraso na aquisição da linguagem; (c) uso não comunicativo da linguagem após o seu desenvolvimento; (d) tendência a repetição da fala do outro

(ecolalia); (e) uso reverso de pronomes; (f) brincadeiras repetitivas e estereotipadas; (g) insistência obsessiva na manutenção da “mesmice” (rotinas rígidas e um padrão restrito de interesses peculiares); (h) falta de imaginação; (i) boa memória mecânica; e (j) aparência física normal. (KANNER, 1943).

Ainda, nessa direção, Kanner descreveu nessas crianças um “desejo obsessivo e ansioso pela manutenção da uniformidade” (KANNER, 1943, p. 245), que as fazia preferir tudo o que se mostrava repetitivo, rotineiro e esquemático.

Em 1944, Asperger relatou em seu estudo a definição de um distúrbio denominado Psicopatia Austílica manifestada por um transtorno severo de interação social. Ambos os conceitos tiveram impacto na literatura mundial, porém em momentos distintos.

No início dos anos de 1980, o trabalho de Asperger recebeu bastante atenção, cujo foco de investigação tratou dos indivíduos “de alto funcionamento”. Esse fato impulsionou o campo para o conceito de espectro do autismo que se mostrou útil tanto no campo clínico quanto no âmbito das pesquisas genéticas. (WOLLF, 2004). As crianças mapeadas por Asperger teriam relações atípicas tanto com as pessoas quanto com os objetos, ignorando certos elementos do ambiente ou se fixando exageradamente em outros. Seu olhar não se deteria por muito tempo nas coisas e deslizaria sobre as pessoas. Além disso, algumas crianças se dedicavam a coleções exóticas ou à ordenação de objetos. Asperger atribuiu tais problemas a uma deficiência biológica, especialmente genética, não especulando sobre aspectos psicodinâmicos (ASPERGER, 1991).

No decurso dessa trajetória evidencia-se que a compreensão acerca do autismo vem sendo modificada ao longo da história. Por volta dos anos 1950 acreditou-se que o autismo fosse causado por famílias emocionalmente distantes dos filhos. No entanto, com o passar dos anos, surgiram evidências de que o autismo era um transtorno cerebral e que se desenvolvia desde a primeira infância.

Historicamente, antes da década de 1970, as pessoas com deficiência viviam excluídas da sociedade e, muitas vezes, eram rotuladas como incapazes. Além disso, tinham uma vida precária e não conseguiam seu próprio sustento. (KANNER, 1943). Nesse sentido, de acordo com Louro (2012), em 1841 Dom Pedro II mandou que fossem construídas três organizações para atender as pessoas com deficiência: “O Imperial Instituto dos Meninos Cegos; O Instituto dos Surdos-Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos - Ines - e o Asilo dos Inválidos da Pátria” (LOURO, 2012, p.26). Essas escolas eram especializadas no

atendimento a alguns tipos de deficiência e, em certa medida, assumiam um modelo de educação segregada e excludente, pela forma que as pessoas eram tratadas e por serem definidas suas capacidades a partir do tipo de deficiência.

Na sequência, em 2007, a ONU instituiu o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo para que a população pudesse conhecer o transtorno e suas manifestações. Em 2012 foi sancionada no Brasil a Lei Berenice Piana (12.764/12) que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A lei foi de grande importância para garantir os direitos das pessoas que possuíam o transtorno, ampliando as formas de acesso ao diagnóstico, tratamento e terapias de forma gratuita, além de fornecer educação e proteção social. (BRASIL, 2012).

Cabe enfatizar, também, que o Modelo Social da deficiência foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pela Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Federal nº 6.949/2009). (BRASIL, 2009), posteriormente, transformado pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei Federal nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015). As duas leis definiram, em seus artigos, a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimentos, de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o que pode dificultar sua participação efetiva na sociedade.

O estatuto da pessoa com deficiência possui a finalidade de promover e garantir, nas melhores condições possíveis de igualdade, o direito das pessoas com deficiência. O artigo 28 é destinado as discussões sobre as responsabilidades do poder público em assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- I – Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II – Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
- IV – Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;
- V – Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em

instituições de ensino; VI – Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;
VII – planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva; (BRASIL, 2015, p. 20).

A educação deve estar presente na sociedade, enfatizando a importância dos direitos das pessoas com ou sem deficiência, para que todos consigam aprender sem exclusão ou preconceito.

No que se refere a classificação são identificados três níveis de suporte:

O autismo leve (Nível 1), o autismo moderado (Nível 2) e o autismo severo (Nível 3). No nível 1 os sintomas são mais sutis, a criança pode ter dificuldade na comunicação, mas essa pouca habilidade não interfere nas relações sociais, por isso necessita de pouco suporte. No nível 2, a criança precisa de mais suporte do que no nível 1. Neste nível pode-se observar mais dificuldade em manter uma conversa e de reconhecer expressões faciais. No nível severo a criança com autismo possui dificuldades mais elevadas de comunicação verbal, podendo também ser classificada de não vocal e, por isso, necessita de mais suporte se comparado aos outros níveis. Além da dificuldade de comunicação pode apresentar comportamentos repetitivos (estereotípias), podendo, inclusive, necessitar de auxílio para a realização de atividades do dia a dia como comer ou trocar de roupa, por exemplo. (ROVERE, 2023).

Em relação ao atendimento, há um grande entrave relacionado à assistência as pessoas com TEA que consiste na dificuldade em detectar o transtorno precocemente e a falta de intervenções subsequentes, o que determina um prognóstico desfavorável e dificulta o processo adaptativo. Também evidenciam que a primeira suspeita de haver algum problema no desenvolvimento infantil é feita pela família entre um ano e meio e dois anos de idade, enquanto o diagnóstico acontece somente próximo aos quatro anos. Sugerem, inclusive, diminuir esse tempo entre a identificação e os primeiros processos de intervenção. Além disso, ressaltam que, muitas famílias, se deparam com entraves no itinerário terapêutico quanto ao encaminhamento e ingresso nos serviços de reabilitação, fato sinalizam uma melhor atuação das políticas públicas em TEA. (SACREY et al., 2015; SILVA, MULICK, 2009; HERNÁNDEZ et al., 2005).

O Brasil, como signatário da OMS, elaborou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), cuja principal diretriz é o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento infantil. Por sua vez, para melhorar a atenção e intensificar a detecção precoce do TEA, o Ministério da Saúde estabeleceu uma

linha de cuidado para a atenção às pessoas com TEA e suas famílias na rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS) e fixou as diretrizes de atenção à reabilitação, visando ampliar o acesso e a qualificação da atenção à pessoa com TEA (BRASIL, 2015a; BRASIL, 2015b).

Além desses registros, destaca-se que a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 ressalta que: O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) no Capítulo V, artigo 58, enfatiza que:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

E completa:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Ainda no que se refere ao atendimento as salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE são salas de recursos multifuncionais, equipadas com materiais pedagógicos e de acessibilidade destinados a atender às demandas específicas dos alunos com deficiência. Esse atendimento especializado pode complementar ou suplementar à escolarização dos mesmos. Também há a existência do programa Caminho da Escola, a partir do qual são disponibilizados transportes com acessibilidade para que estes alunos possam frequentar a instituição escolar. Os veículos adquiridos transportam os estudantes para as aulas e para o Atendimento Educacional Especializado, na zona urbana e rural.

Dessa forma, é possível constatar, na legislação brasileira, a garantia de direitos que as pessoas com TEA possuem, no âmbito escolar, mas, especialmente com o estabelecimento de diretrizes indicadas na Política Pública Educacional brasileira. Pode-se destacar, ainda, que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 foi um importante instrumento que

reforçou e facilitou a perspectiva da inclusão. (BRASIL, 2008). Nessa nova visão houve a necessidade de reorganização dos projetos políticos pedagógicos, o aperfeiçoamento dos profissionais, o currículo, as metodologias e a estrutura física das escolas começaram a ser repensadas. Também se faz necessário contar com a colaboração da família e da comunidade para a criação de estratégias que levem em consideração a necessidade de cada educando, sendo assim, é muito importante a rede de apoio nas instituições de ensino em função da inclusão. Diante disso, as instituições escolares precisam adequarem-se às necessidades dos alunos com Autismo e outros tipos de deficiência e transtornos.

Ainda no campo legal, a Resolução CNE/CEB Nº 02/2001, através do Conselho Nacional de Educação lança as Diretrizes de Educação Especial na Educação Básica e, em uma perspectiva de não mais perpetuar o contexto excludente da educação regular. As diretrizes abordam o conceito de inclusão para a educação dos agora intitulados alunos com necessidades educacionais especiais. Esta resolução reitera a necessidade de ofertas de vagas destinadas ao público da educação especial na escola regular como prevê o Plano Nacional de Educação do decênio de 2001-2010 (BRASIL, 2001). Assim, embora haja perspectiva de uma escola inclusiva, o documento enfatiza que à Educação Especial também cabe sua efetivação em espaços fora da escola comum, “[...] direcionando estudantes que necessitem de apoios intensos e contínuos” (BRASIL, 2001, p.54), em classes especiais e, na medida de impossibilidade de acesso devido à especificidade desse educando, o encaminhamento a escolas especiais, orientando o atendimento correlacionado ao assistencialismo da área da saúde (BRASIL, 2001).

Nessa direção, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o abril Azul, com o objetivo de conscientizar a população sobre o autismo, envolver a comunidade e trazer mais visibilidade almejando uma sociedade mais consciente e inclusiva.

Apesar do respaldo da legislação, o cumprimento das leis existentes na atualidade, no Brasil, ainda não é uma realidade, embora as conquistas nesse campo sejam diárias. Para a efetividade da inclusão é necessário um envolvimento significativo por parte da sociedade, sendo necessária a adoção de recursos e a oferta de serviços igualitários para todos. Fica a ressalva, contudo, de que a pessoa com deficiência não é menos capaz do que aquela que não a têm. Para

compreender isso é necessário eliminar as barreiras e que as pessoas sejam vistas em suas condições sem preconceito ou discriminação.

Nessa perspectiva, no intuito de promover a inclusão das pessoas com deficiência foi elaborado, na Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca realizada na Espanha em 1994, um documento com o objetivo de estabelecer diretrizes para a reformulação de políticas de alcance a inclusão social. Esse documento ficou conhecido como Declaração de Salamanca e implicou na busca da inclusão das crianças principalmente dentro das escolas a fim de que elas pudessem aprender juntas sem exclusão. Essa declaração representa um marco importante dentro do contexto da Educação Especial e conquista de direitos das pessoas com deficiência.

3. A OFERTA E ATENDIMENTO DAS PESSOAS COM TEA NO MUNICÍPIO DE CUITEGI/PB:

Nesse tópico, trataremos da pesquisa de campo, realizada na rede municipal de ensino da cidade de Cuitegi/PB. O município fica situado na Região Geográfica Imediata de Guarabira e Integrante da Região Metropolitana de Guarabira. Sua história tem início com a colonização portuguesa que próximo a Mamanguape, estenderam uma linha de comércio para o interior. Cuitegi ficava em seu itinerário. Os primeiros colonizadores, que se fixaram na região deram-lhe o nome de Cuité. Surgiram as primeiras casas e a povoação floresceu. Cuitegi possuía um comércio de bom nível durante os anos 1870 e 1880. (IBGE, 2021).

Com relação à economia do município, em 2021, o PIB per capita era de R\$ 9.890,58. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 165 de 223 entre os municípios do estado e na 4929 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 90%, o que o colocava na posição 160 de 223 entre os municípios do estado e na 2153 de 5570. (IBGE, 2021).

Em relação à educação, a rede municipal de ensino é composta por 12 escolas, sendo: 9 situadas na zona urbana e 3 na zona rural. Cabe destacar que, deste total 6 integram às salas de Atendimento Educacional Especializado. As mesmas atendem um universo de 1.017 estudantes, da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

A tabela 1 reúne dados do perfil de formação dos/as docentes que integram a educação do município, a saber:

Tabela 1: Perfil formativo dos/as docentes efetivos:

NÍVEL DE FORMAÇÃO	QUANTITATIVO
Nível médio	02
Graduação completa	05
Especialização	60

Mestrado	07
Doutorado	01
Total Geral de Docentes Efetivos:	75 docentes efetivos

Fonte: Dados da Secretaria de Educação de Cuitegi (maio/2024).

A tabela 2, por sua vez, é referente ao quantitativo de profissionais docentes temporários no município atuantes na Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.

Tabela 2: Perfil formativo dos profissionais docentes temporários

FORMAÇÃO	QUANTITATIVO
Nível médio	0
Graduação Completa	21
Especialização	06
Mestrado	0
Doutorado	0
Total Geral de docentes contratados:	27 docentes contratados

Fonte: Dados da Secretaria de Educação de Cuitegi (maio/2024).

Diante das tabelas expostas podemos constatar que o corpo docente do município de Cuitegi-PB reúne o quantitativo de 102 docentes sendo 75 docentes efetivos e 27 contratados, distribuídos entre a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e EJA. No que se refere à formação dos docentes atuantes na rede, 02 possuem Nível Médio, 26 tem graduação completa e 74 possuem Pós-Graduação, sendo 66 com especialização, 07 com mestrado e apenas 1 com doutorado.

Para a pesquisa, entrevistamos um total de 06 professoras, abarcando a totalidade de docentes que atuam em salas de AEE. Nos valem de um questionário semiestruturado, com questões diversas, que abarcaram desde a formação docente até a identidade com a área da Educação Especial. Para garantia de sigilo das docentes participantes da pesquisa de campo, elegemos

nomes fictícios para identificá-las. As respostas foram mapeadas e refletidas nos quadros a seguir:

3.1 O atendimento das crianças com TEA: a percepção das docentes

A partir da realização das entrevistas, pode-se traçar um perfil mais coerente das docentes que atuam no contexto da Educação Especial no município investigado. A tabela 3 resulta dos dados principais do perfil dessas profissionais.

Tabela 3: Mapeamento do Perfil das docentes entrevistadas

NOME	NÍVEL DE FORMAÇÃO	ESCOLA ONDE ATUA	NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS	NÚMERO DE CRIANÇAS COM TEA
Maria	Nível superior com especialização	AEE	13	4
Jasmine	Licenciatura em Pedagogia e Especialização em Educação Especial	AEE	9	1
Rosa	Pós-Graduação (Resposta emitida pela entrevistada)	AEE	15	5
Margarida	Curso de Licenciatura em Pedagogia	AEE	15	10
Hortênsia	Curso de Licenciatura em Pedagogia e Pós-Graduação em Neuropiscicopedagogia	AEE	12	3
Ana	Pós-Graduação (Resposta emitida pela entrevistada)	AEE	14	2

Fonte: Dados da Pesquisa de campo (maio, 2024).

De acordo com os dados obtidos, Maria possui nível superior e especialização, atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE), possui um quantitativo de treze (13) crianças matriculadas, sendo que, destas, quatro (4)

possuem diagnóstico de TEA. Sua inserção na Educação Especial se deu através de concurso público na área específica de Educação Especial. Maria confirmou que sua formação é compatível com a área em que atua e que, no ano de 2023, participou de formação continuada com carga horária de 80 a 180 horas, para alunos com TEA, DI, DV e Altas habilidades/superdotação. Essa professora relatou, ainda, acerca das dificuldades que encontra para o desenvolvimento de suas atividades, citou, especialmente, a “escassez de recursos físicos, assim como a presença de barreiras atitudinais”. (MARIA, 2024).

A Jasmine, possui formação em nível de Licenciatura em Pedagogia, especialização em Educação Especial e curso de capacitação em Educação Especial e Inclusiva. Além de ter tido contato com a sala de recursos, desde a época da graduação, pois confeccionava atividades lúdicas para aplicar na sala de AEE de uma escola situada em seu município. Atua numa sala de AEE, com um total de nove (9) crianças matriculadas, sendo apenas uma (1) com autismo. Sua inserção na Educação Especial, segundo a mesma, se deu “por amor e interesse pela modalidade”. Participou de formação continuada de 240 horas e sua dificuldade maior é a “falta de recursos didáticos na Instituição para atender as necessidades dos estudantes com TEA”. (JASMINE, 2024).

Outra entrevistada, Rosa, tem Pós-Graduação em atendimento especializado, também atua na sala de AEE, com 15 alunos matriculados e 5 estudantes com Autismo. Sua inserção na Educação Especial se deu por meio de concurso público e sua formação é compatível para atuar na área. Está sempre realizando cursos com carga horária entre 10 a 120 horas. Sua dificuldade em atuar na área se dá pela “falta de recursos e materiais de apoio”. (ROSA, 2024).

Já Margarida é Licenciada em Pedagogia, atuante na sala de AEE, com 15 alunos matriculados sendo 10 com autismo. Sua inserção na Educação Especial se deu através do filho com necessidades especiais o que despertou interesse pela área e no estudo do seu TCC, no qual realizou uma pesquisa de campo sobre a formação do professor da sala regular na perspectiva da inclusão. Sua formação é compatível para atuar na Educação Especial. Participou de um Curso de especialização em Atendimento Educacional Especializado com 180 horas no ano de 2017. Em 2024 ingressou no Curso de Mestrado. Margarida disse “apresentar dificuldades com relação à falta de formações adequadas, fornecidas pelo município para que os professores se sintam mais seguros e possam atuar

com melhores padrões de qualidade”. Além disso, destaca “a necessidade de ensinar aos alunos o respeito para com o outro, pois, muitas vezes, as crianças chegam nas escolas com preconceito e resistência em aceitar as diferenças”. (MARGARIDA, 2024)

Hortência, por sua vez, tem formação em Pedagogia e pós-graduação em Neuropsicopedagogia. Também atua na sala de recursos, com doze (12) crianças, sendo três (3) delas com diagnóstico de autismo. Sua inserção na Educação Especial se deu por ser mãe de uma criança com TEA, o que a estimulou a formar-se na área. Sua formação é compatível para atuar nesse campo de saber. No ano de 2023 participou de uma formação na FUNAD com carga horária de oito (08) horas. Com relação a dificuldade, cita “a falta de apoio das famílias”. (HORTÊNCIA, 2024).

Por fim, a Ana possui Pós-Graduação e é atuante na sala de AEE, com quatorze (14) crianças matriculadas, sendo duas (2) com autismo. Sua inserção na sala de recursos se deu por ter concluído a Pós-Graduação e ter sido convidada para atuar como professora. Sua formação é compatível¹ para atuação e não participou de Curso de formação continuada. Ana mencionou sua dificuldade com relação ao “pouco tempo destinado ao atendimento dos alunos, pois só é destinada apenas uma (1) hora, por criança. Além disso, cita o fato de ficar ociosa no intervalo de tempo entre um atendimento e outro”. (ANA, 2024).

A formação docente requisita o envolvimento com a prática educativa, cabendo ao profissional da educação a busca pelo aperfeiçoamento de suas habilidades e competências. Como afirma Freire (2002, p. 43), “[...] a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”. E isso não se faz sem a autoavaliação contínua da prática, buscando melhorias no exercício da profissão.

3.2 A Gestão da Educação Especial em Cuitegi: uma análise em construção

¹ De acordo com a LDB 9.394/96 62 “(...) A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em Curso de Licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

De acordo com os dados obtidos pela gestão do município de Cuitegi – PB, a Coordenadora entrevistada, a quem chamaremos de Aurora, possui Mestrado e atua na área da Educação Especial há 14 anos. Sua inserção nesse meio se deu através do “estágio pedagógico, ainda no curso de Licenciatura em Pedagogia”. (AURORA, 2024). No que se refere ao atendimento especializado no município, identificou-se que são atendidas um total de 24 crianças com TEA.

Na análise das ações voltadas a este público se constatou que não existe nenhum outro setor com serviço específico para estas pessoas, prevalecendo ações esporádicas que acontecem nos meses de abril e setembro, tais como: palestras, caminhadas, retiradas de documentos voltadas para as pessoas com TEA e seus familiares. Geralmente essas ações são organizadas pelas secretarias de educação, assistência social e saúde.

Com relação às melhorias identificadas a partir do trabalho do município, em relação às crianças com TEA, Aurora (2024) respondeu que “existe a necessidade de multidisciplinar os serviços, integrando o serviço de saúde, educação e assistência social, haja vista que as ações desenvolvidas pela educação são insuficientes na manutenção do apoio ao desenvolvimento e a inclusão das crianças com TEA. Neste sentido, a existência de um núcleo de assistência a estas pessoas no município, ofertando serviços de fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, orientação quanto aos direitos de assistência social, a exemplo do BPC, em muito fortaleceria os resultados nas ações da educação e principalmente no desenvolvimento das pessoas com TEA”. (AURORA, 2024).

Já em relação aos avanços das crianças com TEA atendidas pelo município Aurora enfatizou que: “se firmam principalmente no setor da educação, no qual a pouco tempo atrás as mesmas se encontravam fora da escola por falta de profissionais de apoio, a exemplo dos cuidadores escolares, bem como pela não oferta do atendimento educacional especializado. Outro aspecto importante no sentido dos avanços diz respeito a atuação de profissionais especializados da Educação Especial, ingressantes na rede de ensino através de concurso público. Essas professoras, são responsáveis pelo atendimento educacional especializado e contribuem, diretamente, no trabalho de inclusão nas escolas, bem como no olhar mais aguçado nos procedimentos de encaminhamento ao setor clínico, por meio dos relatórios pedagógicos. Esse olhar especializado consegue identificar características importantes que se articulam com o diagnóstico dos alunos que

iniciam a vida escolar sem um quadro de autismo definido. Esses pequenos avanços se expressam diretamente no quantitativo de alunos com TEA matriculados atualmente no AEE, sendo de 24 alunos e há 3 anos eram apenas 3.” (AURORA, 2024)

Com relação às dificuldades que o município encontra na realização do atendimento Aurora respondeu: “A percepção que temos é que ainda não se tem o entendimento por parte dos poderes constituídos (legislativo e executivo) quanto a importância e a consolidação de políticas efetivas que visem assegurar os direitos básicos de educação, saúde, assistência, lazer, para as pessoas com TEA. Essa falta de atendimento reflete, diretamente, nas ações não desenvolvidas e no pouco engajamento dos setores com a causa.” (AURORA, 2024).

A relação com a família dos alunos com TEA no município, segundo Aurora, se dá pelo “diálogo, no sentido de enfrentamento e na busca dos direitos dos alunos sempre, trabalho esse realizado pela equipe da secretaria de educação, por meio da coordenação da educação especial. Desta forma, buscamos orientar, esclarecer dúvidas, explicar a realidade vivenciada pelo município, sempre tentando manter a transparência e o respeito para com essas famílias, o que, de forma geral, se consolida em uma relação de confiança.” (AURORA, 2024).

Por fim, Aurora acrescentou de forma espontânea a seguinte fala “O cenário se modifica lentamente, mas que na esperança e na luta conseguiremos avançar”. (AURORA, 2024).

5 CONCLUSÃO

No trabalho foram apresentadas respostas acerca de como ocorre a oferta de atendimento na Educação Especial no município de Cuitegi-PB, bem como sobre como o trabalho de inclusão é realizado nas escolas. Além disso, também, foi evidenciado o funcionamento da Educação Especial na perspectiva da gestão, destacando de que forma o município vem trabalhando para incluir cada vez mais as pessoas com TEA.

Após a realização da pesquisa no município de Cuitegi – PB é possível concluir que a Secretaria de Educação ainda possui dificuldades no que se refere à oferta de atendimento, no entanto tem trabalhado de forma contínua para o alcançar às melhorias necessárias. Além disso, constatou-se que se faz necessário avançar no cumprimento da legislação nacional e consolidação de políticas públicas voltadas a inclusão. Por fim, ainda há muito o que se trabalhar dentro da Educação Especial no município para promover a inclusão, tanto nas instituições de ensino quanto no meio social.

Diante dos resultados obtidos pela equipe docente e pela coordenadora em Educação Especial do município de Cuitegi-PB foi possível constatar que a oferta de atendimento no AEE tem sido satisfatória aos alunos com TEA da rede municipal, no entanto ainda há muito o que se alcançar com relação a visibilidade e adoção de políticas públicas relacionadas a educação, saúde, assistência e lazer, pois ainda são questões que o município precisa abraçar. Além disso, foi constatada, ainda, a falta de apoio de outras áreas, a exemplo das áreas da Fonoaudiologia e da Psicologia, por exemplo. Por fim, em relação à inclusão das pessoas com Autismo ainda há muito para se trabalhar e avançar.

REFERÊNCIAS

APA - American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASPERGER, H. **Psicopatia Autística na infância**. Londres: Universidade de Cambridge. 1991, p. 37-92.

ÁVILA NÓBREGA, P. V. **Dialogia mãe-bebê: a emergência do envelope multimodal em contextos de atenção conjunta**. Dissertação de Mestrado. UFPB, João Pessoa, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BRASIL. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Casa Civil, 2009. 165p

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 19 fev. 2024.

BRASIL. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 86 p. ISBN 978-85-334-2089-2

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2001. 83p

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2023**.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 19 maio 2024.

BRASIL. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 156 p. ISBN 978-85-334-2108-0

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Brasília: Ministério da Educação, 2020.124p

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. 19p

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília: Casa Civil, 2012. 4p

BRASIL. Viver sem Limite: **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), 2013.

CAVALCANTE, M. C. B. **Helogestos**: produções linguísticas numa perspectiva multimodal. In: Revista de Letras, v.1, n 31,2012.

COSTA, Laureane Marília de Lima; BECHE, Rose Clér Estivaletes; SILVA, Solange Cristina da. **Estudos da deficiência na educação**: Anticapacitismo, interseccionalidade e Ética do Cuidado. 1. ed. Santa Catarina: Udesc, 2022.

GLASER, André Luiz. **Materialismo Cultural**. 2008. Programa de Pós-Graduação em Literaturas Inglesa e Norte Americana. Universidade de São Paulo, SP, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Souza; SOFIATO, Cássia Geciauskas. A educação de cegos no Brasil: revisitando a história. **Revista Brasil. Ed. Esp.**, Bauru, v.25, n. 2, p. 283-300. abril-junho, 2019.

MANTOAN, Eglér. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. 7. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MELO, G. M. L. S. **Cenas de atenção conjunta entre professores e crianças em processo de aquisição da linguagem**. Tese de doutorado. UFPB: 2015.

PEREIRA, Edgar de Gonçalves. **Autismo**: do conceito à pessoa. 2. ed. Curitiba: Ver curiosidades, 1998.

ROVERE, Lenon. **É possível mudar o nível de suporte do autismo?** Neuro+conecta, 2023. Disponível em: <https://neuroconecta.com.br/e-possivel-migrar-nos-graus-do-autismo/#:~:text=N%C3%ADvel%20%3A%20%C3%A9%20o%20n%C3%ADvel,Sofrem%20muito%20com%20as%20mudan%C3%A7as>. Acesso em: 19 fev 2024.

SANTA CATARINA. Protocolo Clínico e Protocolo Clínico e Clínico e de Acolhimento: **Espectro Autista (Transtornos Invasivos ou Globais do Desenvolvimento)**. Florianópolis: Santa Catarina/RAPS

SILVA, Ana Beatriz Barbosa da; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular**: entenda o autismo. 1. ed. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

SILVA, Micheline; MULICK, James A. Diagnosticando o Transtorno Autista: Aspectos Fundamentais e Considerações Práticas. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 2009, v.1. p. 116-131.

TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da Síndrome de Asperger**. Scielo, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbf/a/4R3nNtz8j9R9kgRLnb5JNrv/#:~:text=O%20Autismo%20Infantil%20foi%20definido,inabilidade%20no%20uso%20da%20linguagem>. Acesso em: 23 abr. 2024.

TELESSAÚDERS-UFRGS. **Como identificar a possibilidade de Transtorno do Espectro de Autismo (TEA) precocemente na Atenção Primária?** Porto Alegre: UFRGS, 2020.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DOCENTES

Apêndice A:

18:59 📍 🔊 📶 🔋 30%

🏠 docs.google.com/forms, + 5 ⋮

Questionário sobre Autismo - Docentes

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSchMos_ArP8TmB4ZRvu1VLnXfeS2e8dRQldrRd2c426XIZgUA/viewform?usp=pp_url

laieny.lima@aluno.uepb.edu.br [Mudar de conta](#)

✉ Não compartilhado

☁

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. Nome *

Sua resposta _____

2. E-mail *

Sua resposta _____

3. Nível de Formação: *

Sua resposta _____ 

⚠

18:59     30%

Sua resposta

9. Já participou de Curso de formação continuada na área da Educação Especial? *
Em caso positivo, quando e qual a carga horária?

Sua resposta

10. Que dificuldade encontra para desenvolver o trabalho na área da Educação Especial? *

Sua resposta

11. Deseja acrescentar mais algum dado? *

Sua resposta

Enviar Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Universidade Estadual da Paraíba. [Denunciar abuso](#)

 **Google Formulários** 

  

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOCENTES

Apêndice B:



19:04 29%

docs.google.com/forms, + 6

Questionário sobre Autismo - Gestor

laienylima9@gmail.com [Mudar de conta](#)

✉ Não compartilhado

☑

* Indica uma pergunta obrigatória

Nome: *

Sua resposta

E-mail: *

Sua resposta

Nível de formação: *

Sua resposta

✎

Quanto tempo atua na Educação Especial? *

19:04    29%

Quanto tempo atua na Educação Especial? *

Sua resposta _____

Como se deu sua inserção na Educação Especial? *

Sua resposta _____

Quantas crianças com TEA recebem atendimento especializado no município? *

Sua resposta _____

Quais os programas e ações voltados ao público com TEA existentes no município? *

Sua resposta _____

Quais políticas de acesso a inclusão que a prefeitura oferta para às pessoas com TEA? *

Sua resposta _____ 





19:04    29%

Quais melhorias podem ser identificadas a partir do trabalho do município em relação às crianças com TEA? *

Sua resposta _____

Quais os avanços das crianças com TEA atendidas pelo município tem apresentado? *

Sua resposta _____

Que dificuldades o município encontra na realização desse atendimento? *

Sua resposta _____

Como se dá a relação com a família dos alunos com TEA no município? *

Sua resposta _____

Deseja acrescentar mais algum dado? * 

 Sua resposta _____



APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO


 UEPB
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 CAMPUS III
 CENTRO DE HUMANIDADES
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Essa entrevista corresponde a coleta de dados do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **AUTISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES E OFERTA DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM TEA** e está sendo desenvolvida por Laieny da Silva Lima Guilherme, aluna do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Câmpus III (Guarabira) da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da Profa. Dra. Verônica Pessoa da Silva.

Tem como objetivo geral conhecer as formas de atendimento de pessoas com autismo no município de Cuitegi-PB.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, você não é obrigada a participar dessa entrevista e fornecer às informações solicitadas pelo(a) Pesquisador(a). Caso decida não participar da entrevista ou resolver, a qualquer momento, desistir da mesma, não sofrerá nenhum dano ou prejuízo de qualquer espécie.

Solicito sua permissão para que a entrevista realizada, seja gravada, autorizando a utilização de áudio e de imagem, assim como para que os resultados deste estudo possam ser apresentados no componente Educação Especial. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável

Nome:
Endereço:
Contato: